

Relações com bancos são restauradas

Anabela Paiva

WASHINGTON — A conclusão das negociações para o pagamento dos juros atrasados da dívida externa brasileira durante o período de julho de 1989 a dezembro de 1990 foi, para os banqueiros americanos, o sinal de que as conversas sobre o principal da dívida não tardarão. O acordo anunciado oficialmente na segunda-feira “é um passo importante para restaurar as boas relações do Brasil com a comunidade bancária internacional”, definiu William Rhodes, presidente do comitê que representa os 600 credores privados. O acerto para o pagamento dos juros de US\$ 8,4 bilhões, acredita outro banqueiro membro do comitê, deixa o caminho livre para a negociação do chamado “estoque da dívida” do setor público, estimado em US\$ 45 bilhões.

Durante as negociações, iniciadas em 11 de outubro de 1990, o governo brasileiro e os bancos avançaram a passos de tartaruga em direção de uma posição comum: “Há dois meses nós já tínhamos este acordo delineado. Nestes últimos 60 dias, ficamos negociando minúcias. Havia uma forte convicção dos bancos de que as nossas posições eram muito próximas”, lembrou o mesmo banqueiro. As diferenças, que diziam respeito principalmente às taxas de juros que serão aplicadas à parcela dos atrasados — US\$ 6 bilhões — que será convertida em bônus, “eram apenas de US\$ 12 milhões”, contou o banqueiro. “Trocados.”

O acordo acertado pelo negociador da dívida, embaixador Jório Dauster, prevê que o Brasil pagará US\$ 2 bilhões dos US\$ 8 bilhões (25%) a curto prazo, e que os US\$ 6 bilhões restantes serão transformados em bônus, pouco a pouco resgatados pelo governo, durante um prazo de 10 anos. Sobre estes bônus irão incorrer juros, que poderão ser pagos pelo Brasil de duas maneiras, à escolha do freguês. A primeira opção terá juros fixos crescentes, começando com 7% e terminando pouco abaixo dos 9%, por três anos. Depois destes três anos, os juros serão de mercado.

A outra opção consiste em juros flutuantes dentro de um limite mínimo de 6% e um teto variável, de 7,2% a 8,2%, válido por cinco anos. O estabelecimento de juros fixos foi um dos pontos que os brasileiros defenderam com mais ardor durante as negociações, já que eles permitirão à ministra Zélia Cardoso de Mello ter um planejamento acurado sobre o montante de divisas que será empregado no pagamento da dívida. Compreensivelmente, este também foi um dos pontos mais combatidos pelos bancos. A solução de incluir juros prefixados e juros de mercado na mesma proposta foi o meio-termo.

A proposta brasileira inicial também previa que os bônus teriam prazo de 15 anos e uma carência de cinco — teve de ser reduzida para 10 e três anos, respectivamente. Os bancos se recusavam a aceitar que a negociação dos atrasados fosse ligada à do “estoque” da dívida; o Brasil insistia em

exigir que os bônus dos atrasados só fossem emitidos quando a negociação do estoque de US\$ 45 bilhões fosse concluído. Neste ponto, foi a proposta do Brasil que prevaleceu.

O embaixador Jório Dauster não gosta deste tipo de avaliação. “Uma das coisas que me chateiam nas reportagens sobre a dívida” — diz ele — “é que falam das negociações como se fosse um Fla-Flu: este lado ganhou, aquele lado perdeu.” Segundo o embaixador, é perfeitamente normal que as duas partes tivessem diferenças de 180 graus. “Cada lado começa com uma posição extrema. Se o resultado final das negociações fosse exatamente igual à proposta feita no primeiro dia, teria havido algo muito estranho.”

“A essência de uma negociação é o bom senso”, definiu Dauster. “Não se pode buscar o ideal, é preciso buscar o possível.” Depois que voltar da viagem ao Brasil que inicia hoje, devendo ir ao Senado para pedir a aprovação do acordo que negociou, Dauster voltará a Nova York para concluir as formalidades do acordo, enquanto prepara o terreno das próximas negociações do principal da dívida. Embora o embaixador frise que as duas negociações são separadas, é certo que não será preciso recomeçar do zero o trabalho de convencer os banqueiros das necessidades brasileiras: “Tudo o que foi colocado como condicionante para pagamento da dívida brasileira deverá permanecer como pano de fundo”, explicou.